



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ÚLTIMA REUNIÃO MINISTERIAL DO ANO

Palácio do Planalto
17 de dezembro

Encerrando os trabalhos do ano de 1986, o Chefe do Governo apresenta uma exposição de atividades e problemas, acentuando que foi um ano difícil, em que o econômico se sobrepôs aos outros setores. São assinaladas positivamente a participação da sociedade e o esforço das autoridades de operarem num pacto social.

Senhores ministros,

Em primeiro lugar é esta uma oportunidade que tenho, neste fim de ano, para agradecer a todos o empenho, a dedicação, o espírito público com que têm colaborado com o Governo. Sei perfeitamente que este ano foi um ano difícil, em que todas as visualizações nacionais ficaram quase que adstritas ao setor econômico, o que prejudicou bastante uma visão mais ampla do grande trabalho que o Governo vem fazendo em todos os setores. A opinião pública não teve oportunidade de conhecer em profundidade o que o Governo vem realizando como equipe.

Eu tenho noção, perfeitamente, do trabalho que os senhores ministros têm feito em suas respectivas áreas. E, portanto, trago a todos o meu agradecimento pela solidariedade e pela lealdade que tenho recebido da nossa equipe.

É esta a oportunidade também para desejar, a cada um, felicidades pessoais e, ao mesmo tempo, êxito na missão que nos está entregue, e espero que no próximo ano continuemos o nosso caminho com redobrado patriotismo, porque o Brasil vai necessitar, a cada dia, de cada um de nós, mais dedicação, mais sacrifícios, mais compreensão e, sobretudo, mais paciência.

Estamos juntos para um balanço deste ano de Governo. Mas não desejo somente falar do passado, e sim, também, do futuro. Os maiores problemas que tivemos e temos decorreram não dos erros, mas do acerto de nossas políticas. Não da ineficácia das reformas, mas de seus rápidos, profundos e decisivos efeitos. A população, com maior poder aquisitivo passou a consumir mais. Isto, sem dúvida, gerou falta de bens, desviou produtos da exportação para o mercado interno, criou novas necessidades de importação, levou, conseqüentemente, a saldos comerciais decrescentes com o exterior e a uma redução das nossas reservas cambiais. Mas, por outro lado, a vida do nosso povo melhorou.

Já fixamos de maneira clara e inequívoca que a prioridade do Governo é o social. Agora cabe, sem hesitações e maximizando o potencial dos recursos disponíveis, aprofundar ainda mais, e de maneira corajosa, esta linha.

Cada ministério, em sua área de competência, deve assim orientar suas ações pelo critério social.

Se a participação da sociedade, neste ano, foi ampla e talvez sem precedentes na história do Brasil, queremos que ela seja ainda maior no ano que se inicia. Para isso recomendo a todos os ministérios e a todos os setores do Governo que falemos sempre claro e que fixemos nossas políticas da maneira mais transparente possível. É preciso estabelecer um diálogo aberto com todos aqueles setores da sociedade que se interessem sinceramente pela solução dos problemas do País e sobretudo pela criação de condições dignas de vida para nossa população pobre. Esse diálogo será tanto maior quanto mais transparente.

Será uma importante tarefa do Governo a de contribuir para tecer e operar um pacto social ou um entendimento

permanente que reúne trabalhadores, empresários e autoridades do Governo em torno de objetivos comuns, com a explicitação das restrições ou obstáculos e dos caminhos para superá-los. A democracia moderna é uma democracia compactuada, cujas decisões são tomadas atendendo a uma média dos interesses da sociedade. É uma sociedade sem vencidos e vencedores. É uma sociedade solidária.

Ricos, pobres, trabalhadores, empresários, funcionários, mulheres ou homens, habitantes do campo ou das cidades, temos um só Brasil com o qual compor nossas esperanças. Isto objetivamente não quer dizer que devemos pensar todos o mesmo nem que o Governo deseje cooptar os diferentes grupos sociais. Significa apenas que, se quisermos, podemos extrair criatividade produtiva de nossas diferenças, em benefício de todos, porque em benefício do País.

Vamos ter muitos desafios. Os desequilíbrios entre a produção existente e a demanda da população por produtos, a crise cambial, apontam desde já para a necessidade de aumentar os níveis de poupança e investimento. Só com o aumento da produção, pela melhoria da produtividade, a maior utilização da capacidade instalada e a ampliação das fábricas, é que podemos responder ao aumento da capacidade de consumir de nossa população.

Pretendemos, logo no início do ano, traçar algumas linhas básicas de uma grande campanha de produção agrícola e industrial.

Outro importante desafio é a necessidade de elevar os níveis de eficiência da máquina administrativa. O serviço público deve, sempre, cada vez mais e melhor, servir ao interesse social. Mas isso não é tudo. O Governo deve ter metas definidas, claras, sujeitas a um processo permanente de reavaliação, aberto ao controle público, de modo a garantir que sua ação se transforme em compromisso nacional.

A dívida externa continuará sendo uma de nossas preocupações. Não negociaremos jamais a soberania do País. Não admitiremos que a sangria de divisas nos lance no abismo político e social. O maior compromisso que o Brasil tem é o de manter a dignidade de seu povo. É incon-

cebível que a poupança nacional enriqueça os cofres das nações ricas, sacrificando nosso projeto de desenvolvimento.

O Brasil hoje, com o prestígio internacional que desfruta, a consolidação de sua economia, a força de suas potencialidades, tem à sua disposição um arsenal de alternativas capaz de encontrar soluções que não comprometam o seu desenvolvimento e assegurem a sua soberania.

Todos esses desafios, o pacto social, a negociação da dívida, a política de investimentos, a elevação dos níveis de eficiência da máquina administrativa, devem ser caudatários de um objetivo central, definido pelo Governo mas correspondendo nitidamente a um consenso da Nação, que deve orientar cada um de nossos atos: a prioridade para o social, compreendida com a eliminação da pobreza e do desemprego, a melhoria da qualidade de vida do homem e uma melhor distribuição da renda e da riqueza.

Senhores ministros, senhores líderes,

O crescimento da produção exige a adoção de programas e projetos voltados para garantir a sustentação do crescimento econômico em curto e médio prazos.

Devemos orientar a política industrial para a renovação e modernização do parque instalado, garantindo o aumento da produtividade. Devemos tratar como prioridades, os setores de biotecnologia, química fina, microeletrônica e informática, papel e celulose, fertilizantes, química básica, bens de consumo e bens de capital. Vamos perseguir um crescimento anual médio do produto industrial entre 5% e 7%. Devemos nos empenhar para que ocorra um crescimento de 20% das exportações de produtos industrializados atingindo 19,8 bilhões de dólares em 1989.

Solicito, além disso, uma atenção especial para a política agrícola. Sua finalidade será a de expandir significativamente a oferta de alimentos dando condições para estabilizar o abastecimento. Tudo deve ser feito para assegurar um crescimento anual médio do produto agrícola da ordem de 5%. Estamos esperando para a safra deste ano o número recorde de 60 milhões de toneladas de grãos, devendo ser a maior safra de todos os tempos do Brasil.

A principal meta para o setor consiste em expandir a produção de grãos — arroz, feijão, milho, trigo e soja — dos atuais 56 milhões de toneladas para 71,6 milhões de toneladas em 1989.

Procuraremos expandir a capacidade de armazenamento de 2 milhões de toneladas, em 1986, para 5,8 milhões de toneladas, em 1989.

Devo dizer que todas essas metas estão sendo executadas e muitas delas têm superado os nossos objetivos para este ano, como é o caso da produção agrícola, como é o caso, por exemplo, da área de irrigação. Os programas de irrigação deverão cobrir três milhões de hectares.

As políticas agrícola e industrial deverá conjugar-se um política científica e tecnológica que possibilite recuperar e ampliar nossa capacidade de pesquisa e de formação de recursos humanos especializados.

O Governo considera que a ampliação das reservas de petróleo e gás natural é meta estratégica. Ela diminuirá a dependência externa. Buscaremos suprir com a produção interna 70% do consumo de petróleo e elevar em 85% a produção de gás, que passa a ser, na nossa matriz energética, a meta principal. Também o desenvolvimento de fonte de substitutivos energéticos deverá receber atenção prioritária.

É fundamental a compatibilização entre as necessidades do crescimento do mercado brasileiro e a disponibilidade de oferta de energia elétrica, mediante programas de ampliação de linhas de transmissão e de capacidade de geração. A curto prazo, todo o esforço é no sentido de se evitar riscos de déficits no sistema. Vamos inaugurar em janeiro a primeira grande obra do Governo no setor energético, o chamado linhão de Itaipu a São Paulo, que colocará à disposição do consumo duas novas grandes turbinas daquela hidrelétrica.

No setor de transportes nosso empenho principal deverá ser a ampliação, em 24%, da capacidade de carga das ferrovias, a recuperação e pavimentação de rodovias e a modernização e expansão da capacidade dos portos.

Em seguida, quando darei a palavra a cada um dos senhores ministros, tenho certeza de que esses setores serão detalhados para que a Nação tome conhecimento do que vem sendo realizado nos nossos determinados setores.

Com relação às ferrovias, deverão ter tratamento preferencial as obras programadas nos corredores de Minas Gerais-Goiás e do Paraná que prevemos possam movimentar, em 1989, 102 milhões de toneladas. Procuraremos implantar também 300km da Ferrovia do Aço, entre Jaceaba e Saudade, e a ferrovia Norte-Sul, entre Açailândia (no complexo Carajás) e Anápolis.

Outra de nossas metas é a recuperação de 20 mil quilometro de rodovias que atualmente se encontram em péssimo estado e a conservação de 65 mil quilômetros de estradas em boas condições de tráfego.

O programa portuário deverá prever a ampliação da capacidade de movimentação dos portos em 22%, pois é nosso objetivo elevá-las para 386 milhões de toneladas, em 1989, com destaque para as obras nos portos de Santos, Aratu, Paranaguá e Sepetiba. Essa ampliação dos portos deverá também ser acompanhada de um processo de modernização visando, sobretudo, ampliar a capacidade de movimentação de *containers*.

Nossas indústrias requerem também um esforço continuado de produção siderúrgica. Neste setor, devemos primeiro proceder ao saneamento financeiro das empresas do sistema SIDERBRÁS. Já fizemos a primeira parte de curto prazo e estamos definindo a segunda parte até o fim deste ano. Em seguida, buscaremos promover a ampliação da capacidade produtiva das cinco principais usinas de aços planos, o que permitiria a geração de divisas pela exportação dos excedentes de laminados planos e de semi-acabados.

Já em 1987, deveremos concluir a implantação do Projeto Ferro Carajás, que calculamos atingirá no futuro uma produção de 35 milhões de toneladas anuais destinadas ao mercado externo. Já estamos exportando 25 milhões de toneladas.

Além disso, trataremos de ampliar significativamente a produção de alumínio, ouro e cobre metálico e de intensifi-

car as pesquisas para aproveitamento de minerais estratégicos como o titânio.

A recuperação da qualidade dos serviços e ampliação do acesso ao sistema de telefonia por parte dos diversos segmentos da sociedade brasileira, tanto na zona urbana como na área rural, são metas prioritárias para o setor de telecomunicação. Estamos chegando à conclusão do programa de um milhão de novos telefones.

É necessário igualmente ter presente que o atual estágio de progresso e modernização do nosso País requer do setor de telecomunicações um espaço constante de desenvolvimento de sua capacidade tecnológica e industrial, de expansão dos sistemas de microondas, dos sistemas de canalização via satélite e de programas de comutação de textos e dados.

O desenvolvimento econômico, contudo, não pode ocorrer às expensas da degradação do meio ambiente. Ao contrário, deve ter em conta sempre sua preservação, a exploração equilibrada dos recursos naturais e o controle das diferentes modalidades de poluição.

A outra vertente dessas diretrizes deverá ser o desenvolvimento social e o combate à pobreza.

No campo da alimentação e nutrição, é nosso compromisso alcançar com programas de suplementação alimentar a totalidade da população considerada sob risco: crianças, gestantes, nutrizes e aqueles cujo poder aquisitivo é insuficiente para proporcionar a cesta básica de alimentos às suas famílias. Ao mesmo tempo, mobilizaremos os recursos disponíveis para incrementar a oferta de alimentos básicos a preços subsidiados nos bolsões de pobreza, especialmente da região Nordeste. Devo dizer que terminaremos o ano com o programa de distribuição de leite alcançando a sua meta. Chegaremos, até 31 de dezembro, a 3 milhões de litros diários distribuídos às crianças subnutridas deste País. Não é um programa assistencialista, é um programa estratégico, porque todos nós sabemos que a deficiência de alimentação até os 6 anos gera danos irrecuperáveis sob o ponto de vista mental à população infantil.

Também no setor da Legião Brasileira de Assistência os nossos programas sociais conseguiram duplicar o número de assistidos dessas áreas de risco. Basta dizer que a Legião, durante toda a sua vida, assistia a 3 milhões de pessoas, em dois anos a Legião assiste a 6 milhões de pessoas, o que significa dobrar o número de assistidos. E a nossa meta é chegarmos a 12 milhões de pessoas até o fim do Governo. São programas que estão sendo desenvolvidos com absoluta normalidade e absoluto sucesso de assistência alimentar.

Considero um dever do Estado proporcionar meios para que a saúde seja efetivamente um direito de todos. Faz-se necessária uma ampla reforma sanitária que expanda a capacidade de bom atendimento a toda a população, proporcione o acesso aos medicamentos essenciais e à vacinação, combata as grandes endemias, como a doença de Chagas, a malária e a esquistossomose, assim como elimine o risco de outras como a dengue e a própria febre amarela.

No campo da assistência social, é nossa decisão concentrar esforços em três frentes: a ampliação do número de vagas no sistema de creches públicas, através da construção e ampliação de estabelecimentos; a expansão do atendimento aos menores; e incremento dos programas e ações voltadas para o atendimento de pessoas carentes portadoras de deficiências físicas ou mentais.

Na área educacional, devemos insistir no propósito de garantir ensino gratuito e de boa qualidade a todas as crianças brasileiras, de 7 a 14 anos, com distribuição de material escolar — já distribuímos 40 milhões de livros este ano —, merenda a toda a população matriculada no ensino público de 1º grau, tendo, também nesse setor, chegado à meta de 270 dias por ano, que significa o dobro dos dias de atendimento até então existentes.

Nossos esforços se dirigem, ademais, para a construção de 200 novas escolas técnicas até 1989 e a consolidação e aperfeiçoamento do ensino superior brasileiro, inclusive com a melhoria da infra-estrutura física e dos laboratórios, concessão de bolsas de estudos para pós-graduação. Nesse

setor o Brasil deve fazer um grande esforço porque nós temos realmente que investir, sobretudo, em recursos humanos.

Ainda ontem o ministro Renato Archer me entregava uma estatística que para nós não é nada alentadora, sobre como os países em desenvolvimento estão, cada vez mais, procurando capacitar no exterior os seus homens, os seus talentos.

Basta dizer que a Coréia do Sul tem cerca de 19 mil bolsistas, enquanto outros países menores e o Brasil têm uma média de 2 mil bolsistas. A nossa meta este ano é chegarmos a mandar para treinamento nos grandes centros do exterior, nos maiores centros de tecnologia de ponta, cerca de 10 mil bolsistas brasileiros. Temos a impressão de que se nós investirmos em pessoal continuaremos num grande caminho.

Ainda ontem aqui, eu repeti, numa solenidade que nós tivemos com o setor da siderurgia, que o Presidente Raúl Alfonsín tinha me feito uma pergunta no meio de uma conversa, na qual eu fiquei, de certo modo, perplexo, porque a pergunta era uma pergunta incisiva:

— A que o Senhor atribui o crescimento espantoso do Brasil?

E eu não vacilei um instante. Disse-lhe:

— Aos nossos recursos humanos.

Porque um país que tem só recursos naturais e não tem recursos humanos, ele realmente não inicia um processo de desenvolvimento. O grande desenvolvimento brasileiro é obra do povo brasileiro através da geração atual e que foi capaz de operar o desenvolvimento e a transformação do País. E no momento em que o mundo vive um grande instante de transformação na área da tecnologia, nós temos que acompanhar indo buscar tecnologias, formar recursos humanos em qualquer lugar do mundo para que esses cérebros sejam colocados a serviço do desenvolvimento e do bem-estar do Brasil.

A reforma agrária, prioridade inadiável do meu Governo, deve contribuir para a justiça social e a paz no campo. Devemos nos empenhar por assegurar o assentamento

de um milhão e quatrocentas mil famílias de trabalhadores sem terra, e iniciarmos projetos específicos que possam agilizar este processo.

Os programas de habitação popular, revistos e redirecionados, objetivarão construir 1,7 milhão de moradias para a população de baixa renda e tudo deve ser feito para que possamos cumprir esta meta.

As ações contempladas no programa de saneamento visam atingir substanciais parcelas da população que vivem em cidades. Pretendemos que pelo menos 45% da população possam dispor de esgotos sanitários e que 85% sejam beneficiados pelo abastecimento de água.

Isto, sem descuidarmos do Programa Nacional de Saneamento Rural, que deve elevar significativamente as condições sanitárias e de saúde nas regiões interioranas.

Quanto à questão do trabalho, baluarte da economia do País e da paz social, recomendo algumas diretrizes essenciais: ampliação do sistema de seguro-desemprego; promoção de um extenso processo de qualificação de mão-de-obra; e garantia de relações livres e justas de trabalho e de associativismo.

A redução das desigualdades regionais exige que a economia do Nordeste cresça mais rapidamente do que a média da economia nacional. Ou esforços devem ser mobilizados para que se atinja um crescimento do PIB regional à taxa média anual de 9%, elevando-se sua participação no PIB do Brasil dos atuais 14% para 17% em 1989.

Paralelamente, é premente reduzir a pobreza absoluta observada na região. Vamos nos empenhar para que sejam remunerados com pelo menos um salário mínimo 35% da força de trabalho que hoje recebe menos de um salário mínimo.

Também como meta, devemos ter sempre presente a necessidade de preservação do nosso patrimônio e memória cultural, estimulando a reconhecida criatividade cultural do País e difundindo cada vez mais os valores culturais.

Sem aspirações hegemônicas, o Brasil deverá projetar-se no mundo como País maduro e soberano. A integração com a Argentina e o Uruguai e com a América Latina po-

derá ser um instrumento eficaz de nosso desenvolvimento. Devemos continuar promovendo a paz e a cooperação no Atlântico Sul. A política africana e a abertura para a Ásia devem ganhar novo rigor.

Os brasileiros nunca recuaram diante das dificuldades. Agora que têm a possibilidade de colocar o Brasil num novo patamar, saberão juntar seu entusiasmo à grandeza da obra de construir a grande Nação livre, soberana, democrática e justa do século XXI, deixando definitivamente para trás a miséria e a violência.

Em 1987, com as nossas realizações sociais e a consolidação de nosso processo político na Constituinte, o Brasil poderá virar mais uma página em sua história, colocando-se com clareza neste rumo a que está destinado pelo que já construiu e por seu potencial material e humano.

Devo ressaltar, também, a importante contribuição que tem dado ao Governo o setor político que lhe dá sustentação. À Câmara dos Deputados, ao Senado Federal, aos partidos políticos, às nossas lideranças, o agradecimento do Governo, porque seria impossível realizar a obra que estamos realizando, da transição democrática, se não tivéssemos o respaldo, a segurança e a estabilidade política que temos tido através da sustentação dos partidos que nos apóiam.

Também é esta a oportunidade para que o povo brasileiro, diante do ministério aqui reunido, tenha uma visão abrangente de todos os problemas que estão afetos ao Governo que, como eu disse no início desta reunião, ficaram muito visualizados e focalizados estritamente na área econômica, quando na realidade a complexidade de um país como o Brasil exige a dedicação de cada um de nós, de todas as horas do dia, de todos os momentos, com todas as nossas energias para dar atenção à toda a gama de problemas que aqui acabamos sucintamente de levantar como meta de trabalho em 1987.

Para termos uma visão da magnitude desses problemas, basta dar um exemplo: o Brasil cresceu no ano passado 8,2%. Deve crescer este ano 11 a 12%, o que é uma taxa realmente espantosa, isto é, crescemos, em dois anos, 20%.

Isso significa que o Brasil cresceu em dois anos igual a uma economia argentina inteira.

Se visualizarmos isso, nós verificamos a gama complexa de problemas que estão afetos ao nosso País num momento tão decisivo, que importa em todos os setores, de transportes, abastecimento, de saúde, de abertura de novas áreas, de novos materiais, enfim, de todos os setores. Então, o que nós devemos, no próximo ano, é justamente procurar mostrar ao povo brasileiro a responsabilidade que nós temos e queremos dividir com ele não só no que se refere ao problema econômico. O problema econômico é um meio, não é um fim. O fim é o bem-estar, é o progresso, é o desenvolvimento do Brasil.

Para finalizar esta minha intervenção, eu queria fazer uma afirmação do princípio. Qualquer que sejam as restrições que tenhamos que tomar, eu posso assegurar à Nação que nós jamais entraremos na recessão econômica.

O Governo, hoje, com as providências que ele tem tomado, com a cautela com que ele tem agido, dispõe de instrumentos para, a qualquer momento em que sentir que a economia pode perder o seu dinamismo, injetar investimentos a fim de que sua vitalidade continue. Esta é uma afirmação peremptória que o Governo faz ao Brasil no princípio do ano de 1987.

Não nos esqueçamos, contudo de que todas essas ações, como eu disse, significam um processo, porque o fim é o bem-estar do povo, a melhoria de cada um e de todos. O crescimento econômico é assim peça básica mas o que é realmente efetivo é o bem-estar da nossa população.

Temos também que superar o subdesenvolvimento político e é hora de dizermos que estamos prontos para estabelecer relações maduras entre todos os segmentos partidários. Não temos medo e convidamos, todos ao diálogo, sem qualquer retraimento. Vamos enfrentar decisões e realidades. Vamos todos estar à altura do futuro.

O Governo continua o mesmo, sem ter o monopólio do acerto, com a humildade de ouvir e de encontrar caminhos, realizar o entendimento social, que é o nosso grande objetivo.

Temos aí o mundo aberto do século XXI, das novas descobertas. Será um mundo novo, um mundo que terá que ser descoberto, mas não será um mundo de descobertas de novas terras, de novos continentes. Diferentemente, será o mundo da descoberta do conhecimento humano que assegurará o mundo do futuro, de justiça e de paz, que é o objetivo da humanidade.